

As “Órfãs da Rainha” Em Desmundo (1996): do discurso histórico para o ficcional

Beatrice Uber¹

Gilmei Francisco Fleck²

Resumo

Objetivamos apresentar quem eram as “Órfãs da Rainha” e como são retratadas dentro da narrativa híbrida *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, um romance histórico contemporâneo de mediação, bem como destacar a transformação de concepções que ocorre com a personagem protagonista, Oribela de Mendo Curvo, ao se deparar com outras culturas durante o período de colonização. A obra em estudo aborda o tema histórico da inserção das órfãs portuguesas na colônia brasileira, durante o século XVI, mulheres cuja tarefa era se unir em matrimônio com os colonizadores, homens brancos portugueses, e deles gerar filhos, fato histórico relido pela ficção de Ana Miranda (1996). Como resultado desse estudo, concluímos que as imagens das órfãs, retratadas ficcionalmente, diferem daquelas apresentadas pela historiografia e que a diegese romanesca relê criticamente esse passado colonial.

Palavras-chave: Romance histórico contemporâneo de mediação. *Desmundo* (1996). Ana Miranda. Colonização.

THE “ORPHANS OF THE QUEEN” IN DESMUNDO (1996): FROM THE HISTORICAL DISCOURSE TO THE FICTIONAL DISCOURSE

Abstract

We aim to present who the “Orphans of the Queen” were and how they are depicted in the hybrid narrative *Desmundo* (1996), by Ana Miranda, a contemporary historical novel of mediation, just like to highlight the change of the perceptions that happens to the protagonist, Oribela de Mendo Curvo, when she comes across other cultures during the colonization period. The literary piece we are studying addresses the historical theme of the insertion of the Portuguese orphans in the Brazilian colony, during the sixteenth century, women whose duty was to marry colonists, white Portuguese men, and bear their children, a historical fact reread by Ana Miranda’s novel (1996). As a result of this study, we concluded that the images of the orphans, depicted fictitiously, differ from the ones presented by the historiography and that the diegesis of the novel rereads critically this colonial past.

Keywords: Contemporary historical novel of mediation. *Desmundo* (1996). Ana Miranda. Colonization.

1 Mestre em Letras, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. <bea_uber@hotmail.com>

2 Professor adjunto da Unioeste/Cascavel no Curso de Graduação em Letras Português/Espanhol e do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Letras: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Cascavel). E-mail: chicofleck@yahoo.com.br>

Introdução

Literatura e história, em tempos passados, estavam irmanadas, como partes de um mesmo tronco, constituídas de linguagem e preocupadas em manter vivas as experiências humanas, arquivadas na memória coletiva. A divisão em distintas áreas, ocorrida durante o século XIX, no Romantismo, não suplantou de nenhuma delas a sua essência como construção discursiva, fato que faz, na atualidade, que estudiosos se voltem mais às semelhanças entre as áreas e suas mútuas colaborações do que unicamente às diferenças que, no passado, buscaram separá-las radicalmente. Entre todas essas discussões, as que se referem às escritas híbridas de história e ficção, são essencialmente profícuas.

Como afirma Mata Induráin (1995), se na história o homem pode buscar sua própria identidade, o romance histórico vem contribuir para evitar uma amnésia do passado em uma época em que o homem necessita igualmente de raízes e esperanças. Daí, talvez, o fato do grande sucesso e intenso reavivamento, nas últimas décadas do século XX, deste gênero do romance no qual a literatura segue cumprindo as suas funções de proporcionar prazer pelo seu teor artístico, poético, estético e também pelo seu lado catártico, já mencionado por Aristóteles, aliado a sua possibilidade de reler, criticamente, a história.

História e literatura necessitam encontrar, nesse contexto, meios e modos de lidar com esta visão na qual não cabem mais “verdades absolutas”, como já está ocorrendo, segundo menciona Fernández Prieto (2003), por um lado, nas novas proposições da história e, por outro, pelas renovações instauradas pelos romancistas contemporâneos para o gênero romance histórico. Mesmo nos dias de hoje, segundo Aínsa (1997), a complexidade histórica aparece melhor refletida na *mimeses* narrativa que num discurso unicamente

assertivo, como era propósito da história “rankeana”, no qual o historiador alemão Leopold Ranke difundiu o fato de que, à história, cabia apenas a tarefa de revelar os fatos tal qual eles se deram. A literatura, ao tolerar as contradições, a riqueza e a polivalência em que se traduz a complexidade social e psicológica de povos e indivíduo, aproxima-se destas posições. A história acompanha esta evolução ao admitir novas possibilidades, novas visões, uma nova base filosófica, segundo defende Burke (1992).

A narrativa Desmundo (1996), nosso corpus de estudo, entrelaça história e ficção. Nesse sentido, é necessário apresentar algumas informações acerca das diferentes fases do gênero romance histórico – que na atualidade são três, segundo os estudos de Fleck (2017), para melhor compreender como essa relação ocorre na tessitura da obra e os resultados dessa confluência. Uma breve revisão das fases será importante para uma melhor compreensão do modo como a autora lida com a inserção do material histórico na diegese romanesca e, desse modo, constitui uma narrativa que se revela mais um modelo de romance histórico contemporâneo de mediação, segundo a nomenclatura atribuída por Fleck (2011) às produções mais recentes do gênero que, de acordo com sua teoria, se diferenciam dos novos romances históricos, estudados por Aínsa (1991) e Menton (1993), bem como das metaficções historiográficas, mencionadas por Hutcheon (1991), como expressões híbridas da pós-modernidade.

A primeira fase das produções do gênero romance histórico é denominada por Fleck (2017) como “fase acrítica”. Dentro dela há duas modalidades do romance histórico: o clássico scottiano e o tradicional, que dele deriva. Ambas possuem suas origens no romantismo europeu. Enquanto que no modelo clássico a questão histórica constituía um pano de fundo e a atenção maior se voltava às ações das personagens

puramente ficcionais e suas aventuras, atualmente, explica Fleck (2017), essa modalidade se apresenta com renovações estruturais. Essas transformações deram origem à modalidade do romance histórico tradicional que, em sua ideologia, comunga com a história na consagração de heróis do passado como modelos para o presente vivenciado pelo leitor.

A segunda fase, denominada de “crítica e desconstrucionista”, consiste em duas modalidades: o novo romance histórico latino-americano e a metaficção historiográfica. Nelas, busca-se a distorção dos materiais históricos ao incorporá-los na narrativa ficcional. Isso ocorre pelo emprego de histórias alternativas, múltiplas, ancoradas em recursos escriturais como o uso da paródia, da carnavalização, da intertextualidade, da ironia, da dialogia, da polifonia e outros recursos que possibilitam a desconstrução do discurso hegemônico sobre o passado, instituído pela historiografia positivista, e a apresentação de novas perspectivas de seus eventos, segundo menciona Fleck (2007).

Na terceira e mais atual fase, chamada de “fase moderadora”, há apenas uma modalidade: o romance histórico contemporâneo de mediação. Segundo afirma Fleck (2011), percebe-se na produção mais atual uma conciliação entre as modalidades antecedentes. Não se renuncia aos processos que constituem as características essenciais do novo romance histórico latino-americano, como a paródia e toda a sinfonia bakhtiniana, mas o texto volta a ser mais linear, como nos modelos tradicionais, visto que o emprego das estratégias desconstrucionistas passa a ser mais moderado. Isso facilita a leitura ao leitor menos experiente em termos teóricos. É a modalidade mais recente de escrita híbrida de história e ficção e suas principais características foram estabelecidas nas pesquisadas de Fleck (2007; 2011; 2017), realizadas desde o ano de 2007, e publicadas em vários artigos, capítulos de livros e na mais recente teoria sobre o gênero

híbrido romance histórico presente na obra *O romance histórico contemporâneo de mediação – entra a tradição e o desconstrucionismo: releituras da história pela ficção* (2017).³

Ao fazer uma análise de *Desmundo* (1996), notamos que a obra se insere nessa forma de produção proposta pelo pesquisador, o romance histórico contemporâneo de mediação porque nele não só se relê o passado de forma crítica, mas, também, evidencia-se que o tempo volta a ser mais linear, tornando o processo de leitura mais acessível, com o uso de paródias e carnavalizações menos exacerbadas e uma fina ironia que dá criticidade ao texto. A verossimilhança é garantida na obra pelas muitas intertextualidades que nela se pode encontrar. A narrativa em estudo é um texto híbrido que reúne diversas características desse modelo apresentado pelo pesquisador, como, a seguir, sintetizamos.

Em primeiro lugar, Fleck (2011; 2017) relata que o romance histórico contemporâneo de mediação faz uma releitura crítica do passado e mantém a construção da verossimilhança. Nesse sentido, na obra de Miranda (1996), a personagem/narradora Oribela, relata a sua chegada a uma nova terra e mostra a insensatez que ali ocorria de modo bastante verossímil, inclusive pelo uso de uma linguagem que remonta ao século XVI. A vida

³ Fleck discute e expõe as características dessa modalidade mais atual do romance histórico em textos como: FLECK, G. F. *Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação – leituras no âmbito da poética do descobrimento*. In: RAPPUCCI, C. A.; CARLOS, A. M. (Orgs.). *Cultura e representação – ensaios*. Assis/SP: Triunfal, 2011. p. 81-95; FLECK, G. F. A conquista do ‘entre-lugar’: a trajetória do romance histórico na América. Gragoatá, Niterói, v. 2, p. 149-167, 2007; FLECK, G. F. *Colombo: releituras pela ficção espanhola contemporânea*. (In: NASCIMENTO, M. B. B. do; CÁRCAMO, S.; ESTEVES A. R. (Org.). *Narrativa espanhola contemporânea*. (Leituras do lado cá...). Niterói: Editora da UFF, 2012, v. 36, p. 121-138). FLECK, G. F. *O romance histórico – uma breve trajetória*. In: GIACON, E. M. de O.; ABRAO, D. (Org.). *Pesquisa em literatura: deslocamentos, conexões e diferenças: reflexões de crítica, teoria e historiografia literárias do Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul*. Curitiba: Appris, 2014. p. 69-93. A teoria mais consistente sobre essa modalidade está exposta em seu mais recente livro *O romance histórico contemporâneo de mediação – entra a tradição e o desconstrucionismo: releituras da história pela ficção* (2017), da editora CRV-Curitiba-PR.

maravilhosa que teriam na colônia, apresentada pela coroa portuguesa, prometida às mulheres que estavam em busca de marido e família, não ocorreu, pois, elas sofriam abusos do esposo, como era o caso da personagem Dona Bernardinha – possibilidades omitidas nos relatos historiográficos –, como veremos na análise proposta mais adiante.

De acordo com Albuquerque e Fleck (2015), nessa modalidade de romance histórico, “uma leitura crítica se estabelece por distintas vias das quais a ficção se vale para revisitar o passado em busca de outras possíveis versões para os fatos ocorridos.” (ALBUQUERQUE; FLECK, 2015, p. 7). Assim, no romance *Desmundo* (1996), a protagonista Oribela é um exemplo de personagem que nos mostra uma possibilidade de revisitação do passado por meio de sua narrativa híbrida. A sua visão crítica exhibe um mundo nada perfeito, conforme evidenciaremos nesse movimento analítico. Em segundo lugar, “a leitura ficcional busca seguir a linearidade cronológica dos eventos criados [e] a volta da linearidade está diretamente relacionada ao tipo de leitor menos experiente e menos especialista que tais obras buscam conquistar.” (FLECK, 2011, p. 91). O romance em destaque exhibe os eventos ocorridos de forma linear: a chegada da jovem Oribela de Mendo Curvo e outras órfãs à colônia, o casamento, as fugas, o nascimento do filho e o abandono pelo marido. A linearidade temporal e a sequência lógica das ações com que o texto está disposto facilita a leitura para o leitor que apresenta menos prática em leituras de textos híbridos, como os novos romances históricos e metaficções nos quais há, costumeiramente, sobreposições temporais e multiperspectivismo, aliados às anacronias, conforme expõe Menton (1993).

Em terceiro lugar, “o foco narrativo, compartilhando propósitos da nova história, privilegia visões periféricas em relação aos grandes eventos e personagens históricos, como o fazem muitos novos romances históricos e metaficções

historiográficas.” (FLECK, 2011, p. 92). Na narrativa de Miranda (1996), temos os relatos da moça órfã e excluída, vinda de Portugal, que mostra outro prisma a ser analisado com relação à colonização do Brasil. Por intermédio dessa visão e voz temos uma versão diferente da chegada das jovens ao Brasil e do processo de colonização, que poderia ter sido configurada na historiografia oficial. O discurso oficial que cimentava as tensões com um discurso distenso é posto de lado; e a visão de uma excluída da sociedade dominante é colocada em evidência. Segundo menciona Sharpe (1992), na história vista de baixo, os relatos de pessoas antes consideradas marginalizadas tem o objetivo de “servir como um corretivo à história da elite” (SHARPE, 1992, p. 53) e oferecer “uma abordagem alternativa.” (SHARPE, 1992, p. 53). Esses discursos possibilitam “uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história.” (SHARPE, 1992, p. 54). Dessa forma, o ponto de vista apresentado pela protagonista Oribela, conforme evidenciaremos em seguida, faz parte, também, de uma tendência da “nova história” que, desse modo, estabelece laços de conformidade com as releituras críticas da história e apela para a ficção.

Em quarto lugar, faz-se o uso de “uma linguagem amena e fluida [...]. As frases são, geralmente, curtas, elaboradas preferencialmente em ordem direta, e com um vocabulário mais comum do que o voltado para o público erudito”. (FLECK, 2011, p. 92). As obras também focalizam o processo narrativo e, em vários casos, “modernizam a linguagem do tempo passado para se aproximar da linguagem de seus leitores”, explica Fleck (2011, p. 92). Essa característica, na obra em estudo, está subordinada à construção da verossimilhança. A linguagem usada pela protagonista remonta ao passado, o que confere à narrativa um ar de maior

autenticidade, não sendo, contudo uma linguagem erudita, barroca ou de uma elaboração experimental desafiadora, conforme defendem Carpentier (1972) e Sarduy (1979), como próprios da narrativa latino-americana, em especial dos novos romances históricos. A maneira com que Oribela se expressa garante ao romance uma identificação do leitor com a jovem órfã do século XVI e constrói um forte laço de verossimilhança que nenhum outro elemento romanesco poderia fazer de tal forma.

Em quinto lugar, Fleck (2011; 2017) cita que recursos como a paródia e a intertextualidade se fazem presentes. Em *Desmundo* (1996), como um exemplo de intertextualidade, podemos mencionar o caso quando Oribela utiliza um trecho semelhante ao da Carta de Pero Vaz de Caminha, texto fundador da nação brasileira, quando noticia a nudez das mulheres nativas com o termo “vergonhas”:

Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar a suas vergonhas em cima, como embaixo, sabendo ser assim também eu, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho. (MIRANDA, 1996, p. 39).

Já a paródia pode ser encontrada ao longo da narrativa ao evidenciar a ideia de que essa versão ficcional do passado “transpõe o sentido tradicional da visão única e dominante masculina, oferecendo outra versão, certamente transgressora, dado o papel doméstico da mulher [...]” (MARQUES, 2016, p. 179). Há uma transposição de papéis no qual a voz feminina toma o lugar da masculina, parodiando o discurso historiográfico e todo o processo de colonização numa versão mais humanizada, subjetiva e a partir da perspectiva de uma classe cuja voz foi excluída dos registros oficiais.

A sexta e última característica do romance histórico contemporâneo de mediação é a “utilização de recursos metanarrativos, ou comentários

do narrador sobre o processo de produção da obra.” (FLECK, 2011, p. 93). Observamos que essa última característica não está amplamente presente na narrativa híbrida de Miranda (1996) a não ser pela própria linguagem paródica, que evidencia e confronta o registro historiográfico e o ficcional sobre o passado. Contudo, todas as outras características específicas dessa modalidade do romance histórico são bem visíveis e passíveis de comprovação, conforme veremos a seguir.

A narrativa em estudo se fundamenta no projeto histórico do envio das “Órfãs da Rainha”, evidenciado nos estudos de Garcia (1946), Almeida (2003) e Ramos (2007), e, também, no modelo de colonizador, figuras masculinas que, no romance, são representados como os maridos das personagens femininas dessas releituras da história pela ficção.

Voltados à temática da inserção de mulheres brancas europeias no “Novo Mundo”, ou seja, nos locais que eram explorados pelas metrópoles colonizadoras europeias na América, projetamos a análise de alguns pontos da narrativa híbrida *Desmundo* (1996), que, ao nosso ver, apresenta uma perspectiva crítica do passado, conjugada à “história vista de baixo”, defendida por Sharpe (1992). Assim, buscamos demonstrar que essa obra de Miranda (1996) se constitui em um modelo de romance histórico contemporâneo de mediação, segundo classificação sugerida por Fleck (2011; 2017) às produções mais contemporâneas do gênero, no qual não se percebe a intensidade da desconstrução paródica, carnalizadora e anacrônica comuns nos novos romances históricos, de acordo com as características de Aínsa (1991), Menton (1993) e de Fernández Prieto (2003), atribuídas a essa modalidade do gênero híbrido.

Evidenciamos, no seguimento do texto, quem eram as “Órfãs da Rainha” e como elas são retratadas dentro da narrativa híbrida *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, bem como destacamos

a transformação de concepções que ocorre com a personagem protagonista, Oribela de Mendo Curvo, ao se deparar com outras culturas durante o período de colonização no século XVI. Na análise proposta, buscamos elucidar, ainda, como se dá a confluência do discurso histórico com o ficcional, num modelo de romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2011; 2017).

As “Órfãs da Rainha” no âmbito histórico: um projeto de sociedade colonial sob o lema da “unidade e pureza”

De acordo com Almeida (2003), as órfãs sempre existiram em Portugal, mas esse problema foi aumentando com o decorrer dos tempos. Por exemplo, as casas de misericórdias, acolhimentos dos doentes, famintos e errantes, já não havia mais como “acudir a orfandade desvalida, matar a fome, cobrir a nudez.” (ALMEIDA, 2003, p. 156 *apud* MARTINS, 1932, p. 17). Assim, os orfanatos, tornaram-se locais propícios para acolher mulheres que eram órfãs e não tinham mais os cuidados familiares. Destacamos o Recolhimento do Castelo, “também chamado de Alcaçova, Nossa Senhora do Amparo, do Paraíso ou ainda Castelo de São Jorge.” (ALMEIDA, 2003, p. 157). Essa era uma instituição que recebia órfãs selecionadas em função dos serviços que os parentes masculinos, mais próximos falecidos, haviam prestado à coroa, explica a autora.

Para adentrar ao Recolhimento do Castelo existiam alguns requisitos: “ser órfã de pai e mãe, filha de um legítimo matrimônio, sem raça de mouro ou judeu e ainda demonstrar condição de pobreza e falta de recursos para tomar estado,” (ALMEIDA, 2003, p. 161); ter uma ótima condição física, pois o local não recebia “moças cegas ou aleijadas, doentes de qualquer moléstia considerada contagiosa” (ALMEIDA, 2003, p. 161); e “quanto

à idade, variava entre 12 e 30 anos, fase onde era possível agradar aos homens pelo frescor da juventude, além da possibilidade orgânica de gerar filhos brancos para o Estado.” (ALMEIDA, 2003, p. 161). Caso a moça não tivesse esses atributos, sua entrada no recolhimento, que exigia uma comprovação dessas características, era proibida.

Esses lugares funcionavam como locais passageiros e não como residências permanentes, pois se buscava resolver o futuro das jovens o mais rápido possível, cita Almeida (2003). No Recolhimento do Castelo havia três classes de mulheres residentes: as órfãs; as porcionistas, que pagavam para residir no ambiente, ou porque a família desejava que elas ficassem ali ou, porque o marido desejava manter a esposa isolada enquanto viaja a serviço da coroa; e as criadas ou servidoras, que trabalhavam para o funcionamento da instituição. Posteriormente, houve também a categoria das encostadas, “que eram recebidas pelas órfãs e porcionistas com o argumento de lhes fazerem companhia.” (ALMEIDA, 2003, p. 168). O funcionamento desses lugares igualava-se aos padrões de um convento, onde cada uma tinha suas tarefas, e, enquanto, usufruíam da estadia da instituição, as moças tinham sua educação garantida com aulas de boas maneiras e costura, cita Almeida (2003).

Com a ausência de mulheres brancas em terras de possessão portuguesa, a coroa reuniu jovens, cuja faixa etária variava entre 14 e 30 anos, nos orfanatos de Lisboa e Porto, para enviá-las à Índia, a partir da segunda metade do século XVI, explica Ramos (2007). Nessa época, algumas dessas jovens também foram enviadas ao Brasil e a idade preferencial delas ficava entre 14 e 17 anos, porque o envio tinha como intenção proporcionar um casamento aos homens solteiros da baixa nobreza lá estabelecidos, cita esse autor. Dessa forma, as jovens escolhidas tinham a tarefa de se casar e gerar filhos brancos legítimos, de raça pura, desses

colonizadores, cumprindo-se o lema da “unidade (política, religiosa e linguística) e pureza (de raça)” que a metrópole desejava para a colônia.

Essas moças, consideradas as “Órfãs da Rainha”, foram enviadas à colônia brasileira, durante o século XVI, pela rainha D. Catarina e, conforme menciona Almeida (2003), elas

[...] eram filhas, netas, irmãs e sobrinhas de homens que tivessem morrido a serviço da coroa. Eram escolhidas no Reino e não só recompensadas com dotes no além-mar, como também de atribuição de postos de menor importância na burocracia do império aos seus futuros maridos [...]. (ALMEIDA, 2003, p. 157).

Segundo essa autora, as mulheres órfãs iam ao encontro de seus maridos em embarcações de forma bastante desconfortável, pois

[...] ficavam como que engaioladas numa cabine da popa, dispondo de poucos metros de estreito tombadilho, para tomarem um pouco de ar. Nenhum contato com o exterior era permitido, com a exceção de um padre confessor, que, além de lhes pregar sermões, exortava para que fizessem diariamente as orações. (ALMEIDA, 2003, p. 156).

Acerca da viagem marítima, Ramos (2007) cita que as jovens causavam muito alvoroço entre a tripulação masculina. Por isso, com o objetivo de evitar os estupros das órfãs a bordo, “alguns religiosos tomavam sua guarda, principalmente quando se tratava de meninas menores de 16 anos.” (RAMOS, 2007, p. 34). Ademais, as órfãs passavam “pelas mesmas privações alimentares dos tripulantes e, muitas vezes, entregues ao ambiente insalubre das naus, terminavam falecendo ao longo da viagem sem nunca conhecer seu futuro marido.” (RAMOS, 2007, p. 34). Depreendemos que as jornadas da Europa ao “Novo Mundo” – nome utilizado por metrópoles colonizadoras para tentar desbravar as terras recém-descobertas – não eram fáceis e muito menos confortáveis. Muitos contavam com a sorte, e chegar vivo era motivo de alegria.

Um dos responsáveis pelo deslocamento das jovens órfãs, durante o século XVI, foi o Padre Manoel da Nóbrega. Ele havia escrito algumas cartas à corte portuguesa, requisitando a presença de mulheres brancas na terra a ser desbravada. O brasileiro Euclides da Cunha faz uma alusão a esse pedido na sua mais importante obra, *Os Sertões* ([1902] 2002):

A mancebia com as caboclas descambou logo em franca devassidão, de que nem o clero se isentava. O padre Nóbrega definiu bem o fato, na célebre carta ao rei (1549) em que, pintando com ingênuo realismo a dissociação dos costumes, declara estar o interior do país cheio de filhos de cristãos, multiplicando-se segundo os hábitos gentílicos. Achava conveniente que lhe enviassem órfãs, ou mesmo mulheres *que fossem erradas, que todas achariam maridos, por ser a terra larga e grossa*. A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola. “Desde cedo”, di-lo Casal, “os tupiniquins, gentios de boa índole, foram cristianizados e aparentados com os europeus, sendo inúmeros os brancos naturais do país com casta tupiniquina”. (CUNHA, 2002, p. 122. Grifo no original).

Em sua solicitação, depreendemos que a figura religiosa deseja por fim à união dos colonizadores brancos portugueses com as nativas da terra, para que essa não seja povoada por pessoas de costumes não europeus, assegurando, assim, um maior controle sobre a população e a tão desejada “pureza de raça”. Embora a igreja católica tivesse a preferência por moças virgens, “as *erradas*”, ou seja, aquelas que não eram mais virgens e as que se rebelaram, agindo de forma inadequada conforme os costumes da época, teriam a chance de se redimir e encontrar um marido naquela colônia. O programa de envio privilegiaria a ambos, tanto a terra a ser colonizada como as órfãs. Conseguimos perceber que a monarquia portuguesa se mostrava benévola para com as moças que haviam tido má índole e que, agora, durante o período da colonização, agraciava-as com uma mudança de *status*, de “*erradas*” a moças “decentes”.

No começo da descoberta e desbravamento do Brasil, conforme cita Garcia (1946, p. 137),

“as brancas eram raras” e que a ausência dessas mulheres era um fato natural nas sociedades em formação. É por meio desse seu estudo que temos a oportunidade de conhecer algumas dessas “Órfãs da Rainha”

Segundo Garcia (1946), em 1551, durante o governo de Tomé de Souza, três irmãs, filhas de Baltasar Lobo, chegaram à Bahia com ordens do rei e da rainha para se casar com pessoas importantes da terra. Seus nomes eram Catarina Lôbo de Barros Almeida, Joanna Lôbo de Almeida e Micia Lôbo. Adiante, ele relata que – no mês de julho, do ano de 1553 – mais nove órfãs chegaram à Bahia com o governador D. Duarte da Costa. Dessas nove órfãs, conhecemos o nome de apenas cinco delas: Clemência Doria, Violante Deça, Inês da Silva, Jerônima Góis e Maria de Sousa. Garcia (1946) diz que vale a pena explicar que Maria Dias, uma criada das órfãs, veio nessa embarcação acompanhando as moças cujo destino era o matrimônio. Inclusive, ela foi uma das pessoas que morreu afogada no navio *Nossa Senhora da Ajuda*, de acordo com esse autor. Sua relevância em ser mencionada encontra-se no fato de que as órfãs tinham alguém, com mais idade, que zelasse por elas. Isso implicaria um maior cuidado por parte da coroa portuguesa para com as jovens.

No ano de 1557, Mem de Sá trazia consigo alguns mantimentos para as órfãs a pedido do rei. Essas órfãs eram Catarina Lôbo, Ana de Paiva, Catarina Fróis, Damiana de Góis, Maria Reboredo e Apolônia de Góis, menciona Garcia (1946). Todas estavam bem casadas e os “mimos” eram uma forma de evidenciar as ações beneméritas do rei para com as órfãs, de acordo com Garcia. Já no ano de 1561, Estácio de Sá trouxe algumas outras órfãs para a Bahia, porém as referências acerca dessas são muito vagas, comenta o autor.

No século seguinte, por volta de 1608 e 1609, uma outra caravela trouxe órfãs para a Bahia, mas houve um “mal acontecido”, no qual, aparenta-se

que as jovens foram encantadas por dois irmãos, que terminaram sendo presos e julgados pela corte. O “mal” em si não é declarado, mas “o que é certo é que, depois de tal sucesso, não consta que fossem despachadas mais donzelas para o Brasil.” (GARCIA, 1946, p. 143). Compreendemos que as viagens marítimas, naquele tempo, eram perigosas para as órfãs, pois estavam a mercê da falta de comida, de doenças e, principalmente, dos ataques dos homens. Caso acontecesse algo com elas, alterava-se a sua condição de mulher intocada e tinham, então, sua imagem maculada para o matrimônio.

Por fim, depreendemos que o serviço de envio de órfãs servia como solução para recompensar os “serviços prestados à Coroa, resolvia o problema do número crescente de órfãos em Portugal e encorajava o desenvolvimento nas colônias de uma elite populacional estável.” (ALMEIDA, 2003, p. 157). Dessa maneira, o casamento, destino obrigatório dessas órfãs, era “a forma por excelência da reinserção social.” (ALMEIDA, 2003, p. 158). Uma vez que essas jovens estavam reincorporadas à sociedade, elas deixavam de ser um problema para a monarquia portuguesa e passavam a pertencer aos seus maridos, a quem deveriam obedecer às ordens e não mais àquelas da instituição religiosa onde eram amparadas.

A configuração das “Órfãs da Rainha” em *Desmundo* (1996) – um romance histórico contemporâneo de mediação

A narrativa de gênero híbrido, que amálgama história e ficção, *Desmundo* (1996), é narrada em uma perspectiva autodiegética pela protagonista Oribela de Mendo Curvo. A personagem é configurada como uma das “Órfãs da Rainha”, cujo pai, um comerciante que vivia embriagado, já é falecido, e a mãe morreu quando ela era uma criança. Uma vez que não tinha família que provesse por ela, estava

sob os cuidados de um mosteiro de irmãs que a havia acolhido.

Seu destino era o “Novo Mundo”, uma colônia, além do Atlântico, que estava sendo desbravada por Portugal, no início do século XVI. Ali, teria a tarefa de se casar com um colonizador branco português e gerar filhos dele para contribuir com o desenvolvimento populacional do local.

De acordo com Rosenfeld (2007, p. 21), “é porém a personagem que com mais nitidez torna patente a ficção, e através dela a camada imaginária se adensa e cristaliza.” Assim, a configuração ficcional da órfã Oribela, personagem-protagonista da narrativa híbrida de Miranda (1996), permite que o leitor tenha uma noção daquilo que as “Órfãs da Rainha” vivenciaram no século XVI e quem eram essas moças. Sua imagem é a de uma personagem puramente ficcional, mas podemos dizer que a ela se aplica a figura de linguagem denominada metonímia, na qual se emprega um termo no lugar de outro e há, entre ambos, estreita afinidade ou relação de sentido. Dessa maneira, a protagonista do romance representa esse grupo de mulheres enviadas à colônia, cuja finalidade era se unir em matrimônio com os colonizadores aqui já habitantes e ter com eles os filhos que a metrópole desejava: brancos, puros, católicos e aptos a serem, futuramente, os herdeiros legítimos das propriedades, desde o início da colonização portuguesa nas terras do Brasil.

Ainda, segundo Rosenfeld (2007), a ficção é o único lugar no qual os seres humanos se tornam transparentes e são “totalmente projetados por orações” (ROSENFELD, 2007, p. 35), o que nos passa a ideia de que o autor faz as personagens “funcionarem” porque ele dirige o olhar do leitor para aspectos selecionados de certas situações, bem como a aparência física e até o comportamento, explica o autor. Portanto, são recursos que o escritor utiliza para tornar sua personagem definida.

Quando a protagonista, Oribela, chega à colônia brasileira, depara-se com os horrores de um local ainda por se desenvolver. É o seu olhar que levamos em conta quando ela expõe outro lado dos primórdios da colonização brasileira. Logo de início, a diegese romanesca evidencia que a protagonista deixou sua terra natal de forma forçada, contra a sua vontade e que nada poderia fazer sobre isso. Segundo seu discurso:

Aquele era meu destino, não poder demandar de minha sorte, ser lançada por baías, golfos, ilhas até o fim do mundo, que para mim parecia o começo de tudo, era a distância, a manhã, a noite, o tempo que passava e não passava, a viagem infernal feita dos olhos das outras órfãs que me viam e descobriam, de meus enjôos, das náuseas alheias, da cor do mar e seu mistério maior que o mundo. (MIRANDA, 1996, p. 15).

Tal manifestação discursiva da personagem, apresentada em um monólogo interior, leva o leitor à percepção de que ela não queria deixar o lugar onde havia nascido, mas não possuía meios financeiros para se manter e, muito menos, alguém que fizesse isso por ela, sendo, dessa maneira, forçada a cumprir o desejo de outros que tencionavam deslocá-la à colônia. Quando a narradora diz que será lançada ao fim do mundo, o leitor compreende que o seu destino era o mais longe possível da civilização portuguesa. Esse lugar era, aparentemente, visto como distante de todas as possíveis localizações geográficas que ela tinha conhecimento. Logo, se ela iria se deslocar até esse local, não regressaria mais para sua terra natal. Ali, nesse novo ambiente – ao que ela foi destinada pela coroa – dar-se-ia o início de sua nova vida, onde se tornaria uma mulher “decente”, com um marido e sobrenome, sendo respeitada pela sociedade da época e não mais vista como um fardo ao Estado.

Essa personagem, Oribela, casa-se com o colonizador Francisco de Albuquerque, uma personagem de extração histórica, mas que foi configurada como o sobrinho da mulher do

governador, Dona Brites de Albuquerque, uma outra figura de extração histórica, que representa Brites Albuquerque, a esposa de Duarte Coelho, administrador da capitania de Pernambuco. A imagem dessa personagem masculina é a representação de um homem do século XVI: detentor do poder e da palavra, ele instituiu suas leis e regras sobre a esposa, enfatizando a estrutura patriarcalista. Após o casamento, já na sequência das ações narradas, o leitor descobre que a figura exaltada desse colonizador também não passa de um marginalizado, uma vez que ele “fora seis vezes preso, doze vezes ferido, duas cativo e duas vendido, nas partes da Índia, Etiópia, Arábia Feliz, China, na pestana do mundo, que tudo pode a natureza humana se ajudada por Deus.” (MIRANDA, 1996, p. 129) e havia matado cerca de oitenta mouros. Por meio dessas informações compreendemos que a edificação da colônia foi feita não por figuras masculinas nobres, mas por aquelas que foram deixados à margem da sociedade dominante. Contudo, embora a imagem da personagem Francisco seja a de alguém inferiorizado, no “Novo Mundo” seu *status* era de superioridade, enquanto que o de sua esposa era inferiorizado. Mesmo sendo um local de nova colonização, mantinha-se a ideologia europeia, difundindo-se a subalternidade da mulher frente ao homem.

Acerca dessa superioridade masculina, o discurso romanescos coloca em evidência a forma como a protagonista Oribela foi tratada pelo marido quando ele a trouxe de volta para casa, após sua primeira tentativa de fuga para regressar a Portugal:

Partiu Francisco de Albuquerque em seu cavalo, sem tornar atrás os olhos para ver se eu me arrastava ou caminhava, pela estrada, trilhas, lonjuras, espinhos, cascalhos, pedras, sementes, gravetos, estrume, sem paradas para um repouso, sem nunca em esse tempo me dar de comer coisa alguma, nem água, os pés cada vez mais em suas gritas e sangue brotando deles, por todas as léguas entre a cidade e o fortim, horas que pareceram cem anos de

inferno, sem respeito por minha pena, sem ouvido por minhas súplicas, bem afrontada e chorando minhas desventuras. Que não era veado a ser caçado e arrastado nas trilhas, [...] devia ele o respeito do matrimônio [...]. Fazia ele que não escutava, os gritos retiniam pela serra, eu arrastada. Em casa amarrou com a corda me prendendo aos pés do catre [...]. (MIRANDA, 1996, p. 113).

Nesse trecho do romance, vemos a descrição da forma brutal e animalesca com que esse homem, configurado como um colonizador, tratou a esposa. A renomada ideia de proteção que teriam as jovens órfãs na colônia, professada pela rainha Catarina, desaparece e a protagonista é maltratada pelo marido como uma mulher qualquer, sem mérito algum. Assim, percebemos que na narrativa a mulher, sem liberdade alguma, era obrigada a se submeter às ordens do marido e aos seus desígnios. Como a protagonista desobedeceu àquele que deveria respeitar, é castigada.

Baseado nessa perspectiva, Araújo (2011, p. 45-46), explica que “a todo-poderosa Igreja exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade.” Sobre essa forma de comportamento, desde os primórdios da criação do mundo, acreditava-se que a mulher deveria ser submissa ao homem e a igreja foi uma das instituições que mais reforçou essa concepção de misoginia.

No decorrer dos eventos ficcionais, percebemos que quanto mais tempo a protagonista, Oribela, passa na colônia brasileira, mais se sente deslocada e insatisfeita com sua vida. Ao empreender uma segunda fuga, ela desenvolve um caso amoroso com uma personagem apresentada como um negociante no “Novo Mundo”, o mouro Ximeno Dias. Ao envolver-se com outro homem que não fosse o marido, Oribela quebra o estereótipo de mulher submissa e, ainda por cima, gera uma criança fora do casamento. Assim, o

filho legítimo, branco e de raça pura cede espaço para um “bastardo”, como eram considerados aqueles nascidos fora do casamento que não fosse abençoado pela igreja católica.

Na releitura romanesca, o leitor percebe que a traição da protagonista cai sobre sua figura como um castigo. Enquanto que a personagem Francisco teve inúmeros filhos com as nativas, conforme Oribela mesmo relata: “E tantos mais menininhos de sangue misturado, tudo aquilo queria dizer filho e mais filho, que Francisco era de apetite bravo nas mulheres” (MIRANDA, 1996 p. 133), sua condição masculina não sofreu punição alguma. Já a protagonista teve uma criança com uma personagem que vai contra o modelo instituído e valorizado pelos detentores do poder, um mouro. Quando o marido Francisco comprova que a criança se parece com outro e não com ele, baseado pela cor de mel dos cabelos, ele abandona a esposa no “desmundo”, impondo à jovem, a pior punição: viver no meio dos que eram considerados bárbaros pela cultura europeia, num lugar que era considerado um fim de mundo.

O ato transgressor nunca recaía sobre os homens, mas sobre as mulheres. Isso era sempre lembrado e reafirmado no mito do Éden, quando Eva cedeu à serpente, explica Araújo (2011), primeiramente porque a mulher já era feita da costela de Adão, ou seja, uma curva, o oposto da retidão do homem. Assim, as mulheres eram vistas como “animais imperfeitos” (ARAÚJO, 2011, p. 46). Segundo, porque eram mais propensas a se impressionarem e receberem influências de um espírito maligno e traiçoeiro, menciona o autor.

Araújo (2011) afirma, ainda, que “os desvios da norma, porém, não eram tão incomuns numa sociedade colonial que se formava e muitas vezes improvisava seus próprios caminhos muito longe do rei.” (ARAÚJO, 2011, p. 53). Tal característica pode ser reconhecida nos passos da protagonista do romance, Oribela, que se distanciou do modelo

esperado e, ao invés de encontrar sua realização no casamento e cuidado dos filhos, deixou de “ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados” (ARAÚJO, 2011, p. 51), buscando realizar o seu desejo de regressar a sua terra natal a qualquer custo. Como leitores da narrativa híbrida de Ana Miranda (1996), assimilamos a ideia de que, na sociedade misógina do século XVI, “a mulher podia ser mãe, irmã, filha, religiosa, mas de modo algum amante.” (ARAÚJO, 2011, p. 73).

No romance *Desmundo* (1996), sete foram as órfãs destinadas ao “Novo Mundo”, mas cada uma provém de um contexto distinto. Além da protagonista, Oribela de Mendo Curvo, que era a mais jovem dentre as órfãs, o leitor consegue identificar cinco delas: Dona Isobel, Dona Bernardinha, Dona Urraca, Tareja e Pollonia.

A primeira que mencionamos, Dona Isobel, era uma moça de quatorze anos de idade, mas que, infelizmente, havia caído no mar propositalmente. Para não colocar em evidência seu suicídio, a protagonista explica que disseram às outras órfãs que a personagem Isobel se jogou no mar por bondade e temor do número sete, que segundo a ideologia dominante da época – que considerava as mulheres seres subalternos e submissos – acreditava que todas as órfãs numericamente reunidas significavam “dízimo do diabo, número de filho asinino, sete adros, sete pedras, desacerto, sangue, que sete órfãs eram sete cadelas ladrando à lua feito primo d’Isac Nafú, sete cabras que às almas más das sepulturas demoviam, que vinha o pecado lamber de noite.” (MIRANDA, 1996, p. 27).

Nesse trecho da diegese romanesca, Oribela enxerga as órfãs de forma diminuída e acata a imagem maculada que fazem delas. Inclusive, são personagens que se aproximam da lenda do lobisomem, na qual um homem se transforma em lobo à noite e volta à condição humana pela manhã, como se houvesse alguma relação de parentesco. A menção ao termo “primo d’Isac

Nafú” indica que elas possuem a mesma sina de se transformarem em bichos: correrem por sete cemitérios ou sete encruzilhadas e retornarem ao ponto de partida como seres humanos. Essa seria sua sina pelo resto da vida ou até que alguém mude esse destino, mas sem se sujar com esse sangue, ou essa pessoa também será infectada com essa má sorte, conforme cita Cascudo (1983) sobre a lenda dos lobisomens em Portugal. Além disso, ao dizer que almas más as demoviam de lugar para que o pecado as lambesse, passa a noção de que são moças suscetíveis à desonra e desprezíveis, que cometeram atos errôneos e são bem quistas pela devassidão, mas não por Deus, que parece tê-las excluído pelo fato de serem mulheres que se entregam ao pecado.

Outro ponto na narrativa em estudo é que, conforme as palavras de Oribela, “disseram” que ela tinha caído no mar pela sina pecaminosa do número sete, todavia essa é uma visão masculina, que detinha o poder da palavra e exteriorizava aquilo que melhor lhe convinha. Ao jogar-se no mar, ela evita que uma das sete órfãs se transforme em lobisomem. Sendo assim, sua morte pode ser enxergada como um ato de bondade para com as outras órfãs, quebrando essa triste sina de transformação animalesca outrora difundida pelos detentores do poder e da palavra: os homens.

A órfã retratada é dona Bernardinha, a irmã de Tareja e Giralda, cujo pai era rico em Coimbra. Porém, no discurso memorialístico da protagonista, houve um acidente, o meio de transporte que usavam caiu num rio e os pais faleceram. Assim, Bernardinha perdeu os pais aos treze anos de idade. Como a mãe era prima de uma tia de uma dama da rainha, as meninas foram levadas ao mosteiro. A menina Bernardinha queria morar com uma tia, mas pelo fato de o marido ser muito ciumento, ela permaneceu aos cuidados da rainha. O tutor cobiçoso, que manuseava a herança das três irmãs,

infelizmente, transferiu todo dinheiro das jovens para si.

Quando essa personagem vai para a colônia brasileira, casa-se com um homem que não respeita as leis da igreja e usufrui da posição de “dono” da esposa, vendendo-a como um objeto aos outros homens, que representam os colonizadores portugueses. Segundo a fala da protagonista Oribela: “O perro do esposo dela fazia servir sua mulher por dinheiro, que se fez uma espera na frente da vivenda e dela se ouviam gritos, deles os risos, uns davam por isso uma moeda, outros um pedaço de qualquer coisa [...]” (MIRANDA, 1996, p. 151). O leitor percebe que a proteção da rainha Dona Catarina e da igreja católica deixam de existir e evidencia-se o abandono dessa órfã no “Novo Mundo”, que era forçada a suportar as agressões físicas por parte daqueles que agiam como figuras célebres, os colonizadores. De acordo com a crença da época, Dona Bernardinha seria recompensada na vida eterna, ao lado do Criador, mas, enquanto vivesse na terra, suportaria os maus tratos. Já no fim da narrativa, essa figura feminina cria coragem e coloca fim ao próprio sofrimento, matando o marido com mais de cem punhaladas, uma atitude inaceitável para uma mulher no século XVI. Seu castigo é o isolamento: “A dona Bernardinha puseram numa gaiola no terreiro, a pele marcada pelas pedras lançadas, de apedrejamentos que lhes fizeram uns pouco apiedados, no malentender de suas desventuras, não fosse uma cristã.” (MIRANDA, 1996, p. 177). O fato dessa personagem ter enfrentado o marido confere às outras personagens homens o direito de castigá-la da forma como julgam certo, esquecendo-se do princípio cristão de respeitar o próximo.

De acordo com Vainfas (2011, p. 115), “as mulheres brancas, em pequeno número no acanhado litoral do século XVI, teriam vivido em completa sujeição, primeiro aos pais, os todo-poderosos senhores de engenho, depois

aos maridos.” Embora as “Órfãs da Rainha” não viviam em sujeição aos pais, viviam sob a pressão e mandos da igreja católica. A figura fictícia de Dona Bernardinha serve como exemplo disso, pois sua configuração remete à subordinação ao esposo e à exploração sexual a que as mulheres também estavam sujeitas.

Ao comparar o ato posto em prática por Dona Bernardinha, de matar o marido, com os da personagem colonizadora Francisco de Albuquerque – que mata os dois marujos por se servirem da sua esposa na primeira tentativa de fuga, colocando fogo nos corpos, bem como o assassinato da mãe numa discussão raivosa – depreendemos que as personagens femininas eram consideradas inferiores às masculinas, pois havia diferentes formas de punição. Enquanto que Dona Bernardinha foi enjaulada e apedrejada, Francisco não sofreu punição alguma por ter matado os dois homens e a própria mãe. A configuração do colonizador Francisco se mostra tão superior que, inclusive, manda buscar um padre para fazer o sepultamento da mãe, que fora assassinada pelo próprio filho a facadas numa discussão. Depreendemos que não há julgamento algum sobre essa figura masculina e seus atos.

Já Dona Urraca, era configurada como uma órfã díspar porque tinha origem judaica. No mosteiro, ela era diferenciada por não poder usar roupas ricas e sapatos, seu cabelo era puxado pelas outras órfãs cristãs, era forçada a comer barata e tinha acesso restrito em algumas áreas do mosteiro. Devido aos abusos das outras órfãs cristãs, passou a viver no meio das enfermas, porque sabia untar com óleos ou qualquer outro remédio que ajudasse na melhora das doenças. Conforme a narração de Oribela: “Foi ela a primeira escolhida para o Brasil, que fez graça às mais órfãs do mosteiro, mas alevantou a suspeita de que era castigo.” (MIRANDA, 1996, p. 91). Embora fosse a órfã mais discriminada do mosteiro, era a que mais tinha

noção dos seus destinos. Já devido aos maus tratos sofridos durante a estadia na instituição religiosa, ela mesma já questionava quão bondoso era esse Deus: “É esta a virtude que teus deuses ensinam?” (MIRANDA, 1991, p. 91). Os maus tratos impostos pelas outras jovens cristãs levaram Dona Urraca a não acreditar na bondade divina do Deus católico. Para ela, tudo o que provinha desse ser superior era duvidoso e maléfico. No entanto, o viés dessa personagem não é levado em conta porque era uma mulher, além do mais tinha uma religião diferenciada do catolicismo. Não se permitia a exteriorização dos pensamentos femininos, apenas os masculinos eram considerados.

A órfã Tareja é exposta na narrativa como alguém que não era mais donzela e terminou na colônia brasileira como uma hipócrita que “se fazia de santa em reбуços negros e rezas em joelho, em nome de toda virtude.” (MIRANDA, 1996, p. 134). Logo, era impossível considerá-la pura de corpo e uma mãe exemplar como Maria havia sido para Jesus Cristo. À sua configuração cabia mais a imagem de Eva, uma mulher traiçoeira, que a de Maria, uma mulher considerada santa e pura pela ideologia cristã. Da vida de Pollonia em Portugal nada sabemos, mas que, na colônia, após o casamento arranjado estava “emprenhada, redonda e que estivera sempre a juntar cabedais.” (MIRANDA, 1996, p. 134). A outra órfã, que seria considerada a número sete, não tem a vida exposta pela narradora da obra.

A narrativa híbrida em estudo corrobora alguns fatos históricos, como o envio de órfãs e o suporte da rainha Catarina. Um exemplo disso é o discurso proferido por Oribela, pois quando chega à casa do marido, diz que ele “trazia esposa, filha da rainha, [...]” (MIRANDA, 1996, p. 95). *Desmundo* (1996) também se apoia no fato de que as órfãs residiam no mosteiro, uma instituição sob uma tutela religiosa, mas difere em outros pontos. Enquanto a historiografia oferece uma visão nobre

sobre as órfãs da Rainha, relatando que elas eram jovens, virgens, católicas, cujas famílias serviram ao governo de Portugal, que residiam em casas de recolhimentos sob a vigilância da igreja católica e cujos maridos receberiam um dote além-mar e um cargo elevado, a ficção transforma essas mesmas jovens em mulheres de descendência menos nobre e com imagens distorcidas.

No decorrer da diegese romanesca, deparamo-nos com a figura de Tareja, que diziam não ser mais virgem, e de uma jovem judia, Dona Urraca, cuja presença entre as outras órfãs cristãs mostra ter havido uma falha no sistema de seleção, ou uma forma de se livrar do fardo feminino. Observamos que a ficção, ao evidenciar a caracterização das “Órfãs da Rainha” como mulheres que deveriam ser consideradas boas mães e esposas, tinham descendência duvidosa para os padrões instituídos no século XVI.

Também percebemos que nem os pais dessas órfãs haviam servido à coroa portuguesa. O próprio pai de Oribela era um comerciante bêbado e o de Dona Bernardinha era apenas um homem de posses, porém não aparentaram algum vínculo militar ou outro qualquer com a coroa portuguesa.

O discurso ideológico, difundido ao longo da narrativa, mostra que a metrópole colonizadora portuguesa não desejava mistura entre as raças na terra a ser conquistada, porque acreditava que a miscigenação levaria os portugueses à desobediência, passando a viver de forma mais livre e desregrada junto aos nativos, que possuíam hábitos mais desprezados que os europeus. Buscava-se, então, a dominação total do território e, para isso, acreditava-se numa unidade para se viver: “um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua”, conforme apontou Santiago (2000, p. 14). Isso garantiria ao reino português a soberania necessária para o processo de colonização em

terras brasileiras, que deixaria de ter seus ideais conturbados.

Os conceitos da personagem protagonista também se transformam ao longo da sua estadia na colônia brasileira. Nos primórdios da narrativa, Oribela sentia-se numa posição exaltada, acreditava que todas “iam arranjar marido bom” (MIRANDA, 1996, p. 21), que os homens representados como colonizadores “suspiravam mais por carne branca de cristãs do que lobos por cordeiros” (MIRANDA, 1996, p. 25) e que, conforme ela mesmo disse, “para o meu varão me guardei perfeita, ru, ru, menina, ru, ru, chegasse com o pé direito [...]” (MIRANDA, 1996, p. 30). Compreendemos que essa personagem feminina sai de Portugal com uma ideologia construída pelo catolicismo. Contudo, no decorrer das ações narrativas, há uma alteração em suas concepções. Ela deixa de lado a exaltação da sua virgindade e pele branca, bem como a valorização de seus costumes e percebe como as órfãs foram forçadas a serem submissas. Essas concepções de inferioridade e subalternidade são transformadas quando ela entra em contato com a cultura de outro povo, a dos nativos da terra.

Citamos, por exemplo, quando a personagem Oribela constata que os nativos da terra são mais desprezados em relação a questões corporais. No seu discurso rememorativo ela expõe o fato do pai mandar colocar leite na água do banho para que seu corpo não fique exposto. Já na colônia, as nativas se despiam sem pudor algum e queriam desnudar as órfãs para o casamento. Segundo a fala da personagem Oribela: “Água nas mãos e na fuça, fidalga. Água no mais, puta.” (MIRANDA, 1996, p. 43). Ela percebe que molhar o corpo todo era considerado um pecado pela cultura europeia, mas não pelos hábitos dos nativos. Um banho não mostrava a diferença entre ser mais ou menos honesta.

Além desse reconhecimento de condição submissa, constatamos que a protagonista do

romance, ao desenvolver uma amizade com sua escrava, a nativa Temericô, e adotar alguns hábitos dos nativos como seus, vai contra os seus costumes. Assim, a personagem dizia:

Aprendi os fumos de naturais, que me deixavam pasmada e sonhadora, sem ver o correr dos dias, [...] Aprendi a me desnudar, no quarto, após o banho, que havia frescor sobre a pele e se entretendo nela [...]. (MIRANDA, 1996, p. 126). [...] Eu pintava o rosto de urucum, comia do prato das naturais e me desnudava nos dias quentes, deixava os chicos chuparem meus peitos, dançava de modo que dona Branca veio baixar umas regras, antes que virasse eu uma bárbara da selva e me metesse a comer de carne humana. (MIRANDA, 1996, p. 127).

Há uma relação de troca e cumplicidade entre ambas as personagens porque uma zelava pela outra. Enquanto a mulher branca desenvolve hábitos indígenas e encontra suporte nesses costumes para viver na colônia, a escrava adquire os hábitos dos seus colonizadores. A atitude de Temericô “era compediosa na forma da linguagem, copioso no orar e lhe faltavam umas letras, dizia Pancico o nome de Francisco de Albuquerque, [...]. Cruz, era curusu, selvagem era sarauaia, sapato era sapatú, cabra era cabará.” (MIRANDA, 1996, p. 120). Percebemos que para a nativa, segundo Ribeiro (2014, p. 74), cabe o “estereótipo de mulher obediente e resignada [...], uma vez que serve aos seus donos com fidelidade e sem qualquer oposição.” Ela termina sendo o oposto de Oribela e acata a imposição da cultura portuguesa. Por meio das atitudes da protagonista na colônia, percebemos que ela viu na aquisição desses hábitos sua fonte de alegria, mesmo que isso ia contra a sua formação ideológica inicial.

À medida que Oribela se envolve com a personagem Ximeno, traindo o marido, há também nela outra mudança de valores. Enquanto o marido impunha sua força física e suas ordens sobre a esposa, com o amante ela aprende o significado de uma relação não forçada. A caravelinha, presente do mouro, é um símbolo que indica haver mais

uma mudança em sua vida. A primeira foi a caravela Santa Inês, que a trouxe de Portugal para a colônia, e a segunda é essa miniatura da embarcação. Enquanto a primeira indica ter havido um deslocamento geográfico, a segunda mostra ter acontecido uma desmistificação de sua ignorância em relação à cultura judaica, pois a protagonista percebe que aquele ser que tinha uma imagem difundida como um homem “endemoniado” e com chifres a respeita mais que o próprio esposo. Ela exterioriza essa ideia da seguinte forma: “Tudo faria por mim em minha suavidade mulheril. [...] tendo a mim naquela alcova sem nenhum destrato ou requerimento, uma tão boa apuração que me fazia um vazio no peito quando não estava ele perto.” (MIRANDA, 1996, p. 175). Se do marido, um homem católico, colonizador branco e considerado ideal, ela quer fugir, do mouro, o amante e um modelo considerado errôneo, ela quer ficar próxima.

A configuração atípica da personagem Oribela de Mendo Curvo e seu discurso crítico mostram que as órfãs destinadas ao Brasil passaram por inúmeros momentos que não foram evidenciados pelo discurso histórico – seja pelo fato de que esses relatos foram elaboração de cunho masculino ou porque não queriam expor as dificuldades da colônia –, mas que, talvez, pudessem ter ocorrido.

Conclusão

A narrativa *Desmundo* (1996) possibilita uma releitura mais crítica do processo de inserção das “Órfãs da Rainha” na colônia brasileira, no século XVI, sem, contudo, valer-se de projetos desconstrucionistas tanto de personagens consagrados como de discursos históricos anteriores, como é essencial e comum em muitos dos novos romances históricos e das metaficções historiográficas que relem a colonização da América. Devido ao distanciamento temporal da

obra em relação ao tempo que ela retrata, surge a possibilidade de se contar o passado de maneira mais plausível e menos idealizado, utilizando-se, para isso, de uma perspectiva marginal: a visão e a voz de uma protagonista configurada como “Órfã da Rainha”.

De acordo com Albuquerque e Fleck (2015, p. 15), “história e ficção são postas lado a lado, numa relação às vezes bastante intrigante, mas com algo em comum: sua constituição, de forma distinta, permeada pela realidade subjetiva de cada ‘falante’, gerando novos discursos ao longo dos tempos.” Baseados nisso, depreendemos que a protagonista-narradora Oribela apresenta um novo relato sobre as órfãs enviadas ao Brasil e evidencia sua transição de crenças e concepções que antes eram consideradas “erradas”. A versão submissa, de uma mulher que cumpria ordens e foi criada sob os preceitos da igreja desaparece na versão ficcional do passado e uma nova figura feminina mais destemida surge. A sua “vivência” no “Novo Mundo” fez com que essa personagem reconhecesse as diferenças culturais entre os nativos, mouros e europeus e não mais se sentisse uma pecadora e insubordinada.

A amenidade no uso de recursos escriturais altamente desconstrucionistas – carnavalizações, paródias, ironias, anacronias, multiperspectivismo – empregados com o fim de subverter alguma imagem heroizada ou algum discurso posto, revela o caráter mediador desse romance, estabelecendo uma fusão entre as características mais conservadoras da modalidade tradicional – como a linearidade narrativa, a linguagem amena, o foco narrativo centralizado, por exemplo – e as propostas críticas do novo romance histórico e da metaficção historiográfica.

A autora manifestou, por meio da narrativa *Desmundo* (1996), situações injustas sofridas pelas mulheres enviadas a cooperar com o processo

de colonização quando se pensa na situação de superioridade masculina desempenhada na mesma época. O olhar ficcional da desterrada Oribela de Mendo Curvo sobre o “Novo Mundo” possibilita mostrar, à luz do romance histórico contemporâneo de mediação, uma visão diferente daquela divulgada pela historiografia. Por meio dessa personagem se retratou aspectos da vida privada não mencionados nos anais da história.

Consequentemente, o discurso proferido por essa protagonista proporciona a (re)escrita da história das “Órfãs da Rainha”, exaltando, assim, um novo prisma acerca da colonização brasileira. As imagens dessas órfãs, retratadas ficcionalmente, diferem daquelas apresentadas pela história hegemônica. Ademais, a diegese romanesca relê, criticamente, suas histórias numa narrativa cativante, diferenciada daquelas nas quais prevalece o experimentalismo linguístico e formal, a linguagem barroca e erudita de tantos novos romances históricos do período do *boom* e do *pós-boom* de nossa literatura.

Referências

AÍNSA, F. La nueva novela histórica latinoamericana. *Plural*. México, 1991. p. 82-85.

AÍNSA, F. Invención literaria y “reconstrucción” histórica en la nueva novela narrativa latinoamericana. In: Kohut, K. (Ed.). *La invención del pasado: la novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt-Madrid-Vervuert: Iberoamericana, 1997. p. 111-121.

ALBUQUERQUE, A. B.; FLECK, G. F. *Canudos: conflitos além da guerra – entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleilton Fonseca (2009)*. Curitiba: CRV, 2015. 196 p.

ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI –*

- XVIII. 2003. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.
- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-77.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-38.
- CARPENTIER, A. *El reino de este mundo* (Introdução). Santiago, Chile: Orbe, 1972. 155 p.
- CASCUDO, L. C. *Geografia dos mitos brasileiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. 396 p.
- CUNHA, E. *Os Seritões*. 4. ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2002. 648 p.
- FERNÁNDEZ PRIETO, C. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2 ed. Navarra: Universidad de Navarra, 2003. 248 p.
- FLECK, G. F. A conquista do “entre-lugar”: a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá*, Niterói, v. 12, n. 23, 2.sem. 2007. Disponível em: <<http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/270>> Acesso em: 04 jun. 2017.
- FLECK, G. F. Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação – leituras no âmbito da poética do descobrimento. In: RAPPUCI, C. A.; CARLOS, A. M. *Cultura e representação: ensaios*. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2011. p. 81-95.
- FLECK, G. F. *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. Curitiba: CRV, 2017. 308 p.
- GARCIA, R. As órfãs. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v.192, p. 137 – 143, julho-setembro 1946.
- HUTCHEON, L. *A poética do pós-modernismo: história teoria e ficção*. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. 330 p.
- MARQUES, G. *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda e Finisterre, de María Rosa Lojo*. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Letras: Literatura e Vida Social) – Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 2016.
- MATA INDURÁIN, C. Retrospectiva sobre la evolución de la novela histórica. In: SPANG K.; ARELLANO, I; MATA-INDURÁIN, C. (Eds.). *La novela histórica. Teoría y comentarios*. Pamplona: EUNSA, 1995. p. 13-63.
- MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México D. F: Fondo de Cultura Económica, 1993. 312 p.
- MIRANDA, A. *Desmundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 216 p.
- RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 19-54.
- RIBEIRO, B. O. *Cativas, degredadas e aventureiras: mulheres na colonização latino-americana*. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem Literária e Interfaces Sociais: Estudos Comparados). UNIOESTE, Paraná. 2014.
- ROSENFELD, A. A personagem de ficção. In: CANDIDO, A. (Org.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 9-49.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 219 p.
- SARDUY, S. O barroco e o neobarroco. In: MORENO, C. F. (Org.). *América Latina em sua Literatura*. Perspectiva: São Paulo, 1979. p. 160-178.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-63.

VAINFAS, R. Homoerotismo feminino e o santo ofício. In: PRIORI, M. L. M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 115-140.

Submissão: junho de 2017

Aceite: março de 2018.